

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2008.**  
**(Do Sr. FLAVIANO MELO)**

Solicita informações ao Ministro das Cidades, Márcio Fortes, acerca do déficit habitacional no Acre e recursos disponíveis ao Estado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a infra-estrutura construção de habitações populares nos exercícios 2008 a 2010.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I combinado com o art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita a Vossa Excelência que seja encaminhada ao Sr. Ministro das Cidades, Márcio Fortes, a solicitação de informações acerca do déficit habitacional no Acre e os recursos disponíveis ao Estado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a infra-estrutura e construção de habitações populares nos exercícios 2008 a 2010.

**Justificação**

A atual crise mundial nas bolsas, derivada fundamentalmente no mercado imobiliário americano, surpreendeu (e chocou) os mais experientes analistas e ainda não foi suficientemente dimensionada, em sua extensão e

durabilidade. Numa economia potencialmente globalizada e interdependente em suas relações de troca, a crise já atinge os mais diversos setores da atividade econômica, comprometendo lucros, restringindo crescimento, limitando comércio indústria e serviços e reduzindo a circulação de riquezas numa espiral absolutamente assustadora em sua ameaça de recessão mundial.

Com uma economia que tenta retomar os trilhos do crescimento sustentado, o Brasil, na saudável diversidade de uma produção que vai se profissionalizando e consolidando no disputado mercado internacional, tem que agir em tempo hábil. De início titubeante e descrente do potencial explosivo da crise, o Governo finalmente se deu conta da necessidade emergencial de medidas cautelares a fim de minimizar os efeitos da crise no cenário nacional. Neste sentido, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, devidamente capitalizados pelo Erário, já estão disponibilizando recursos para pequenos bancos com dificuldades em suas carteiras imobiliárias e construtoras prejudicadas no mercado aberto. O objetivo básico é evitar um desaquecimento no mercado imobiliário interno, já atingido pelo aumento de juros e retração nos empréstimos. É essencial, no entanto, evitar que recursos públicos sejam investidos aleatoriamente em quem apenas se arvorou na ganância do lucro fácil da especulação.

O problema é particularmente sério levando em consideração que, uma análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), apontou em 2007, que cerca de 34,5% da população do Brasil, aproximadamente 54 milhões de pessoas, vivem em condições de moradia inadequadas. Segundo o levantamento, enquanto os 10% mais ricos detém 75% da renda nacional, um a cada três brasileiros da cidade não possuem condições dignas de moradia.

Particularmente em meu Estado, o Acre, o problema habitacional e

de infra-estrutura é delicado e exige atenção especial em razão da dimensão social que carrega. Vale lembrar que em meu próprio governo, o problema de infra-estrutura, e, sobretudo o habitacional foram alvos prioritários. Principalmente em Rio Branco, o esforço resultou em sólidas construções de conjuntos habitacionais que ajudaram a diminuir o déficit e dar à capital mais conforto e urbanidade.

Cumpre, pois, trabalhar para assegurar a indispensável canalização de recursos já devidamente disponibilizados pelo PAC à construção de casas populares no Acre. O Estado espera (e exige) uma política habitacional condizente

com suas necessidades e urgências. Com toda certeza, sua população não pode prescindir, nem vai permitir que os recursos já contabilizados para sua política habitacional venham a ser realocados em função das incertezas e contingenciamentos de momento.

Sala das Sessões, em de outubro de 2008.

Deputado **Flaviano Melo**  
PMDB/AC